



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
COXIM – MS**

jun. 24, 2026

Reunião Técnica com equipe de Coxim- Orçamento para a Primeira Infância

convidado Primeira Infância Flavia Freitas TCE-MS

kennia.controleinterno@coxim.ms.gov.br

Anexos 📎 Reunião Técnica com equipe de Coxim- Orçamento para a Primeira Infâ...

Registros da reunião 🎤 Gravação

Resumo

A reunião focou na melhoria do planejamento orçamentário municipal para a primeira infância via correções nos planos orçamentários.

Desafios no planejamento orçamentário

Gestores discutiram dificuldades em classificar despesas da primeira infância e a necessidade de alinhar o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Orientações sobre transparência orçamentária

O Tribunal de Contas orientou o uso de marcadores específicos no sistema para identificar investimentos sem a necessidade de cancelar empenhos passados. A transparência exige metas quantitativas claras.

Decisão de revisão do planejamento

Decidiu-se pela revisão do Plano Plurianual para incluir vínculos quantitativos precisos, garantindo que as ações orçamentárias reflitam a realidade das políticas para a primeira infância.

Detalhes

- **Objetivo da Reunião e Contexto Inicial:** Os representantes da Prefeitura de Coxim, Frederico Augusto Vieira, Gabriela e Luana, solicitaram a reunião com o Tribunal de Contas para orientações sobre o monitoramento do orçamento voltado à primeira infância. O objetivo é capacitar as secretarias para realizar lançamentos orçamentários precisos, alinhando as informações com o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), garantindo que os gastos sejam corretamente identificados no plano.
- **Estrutura Orçamentária e Desafios de Classificação:** Frederico Augusto Vieira relatou que o PPA 2026-2029 foi reformulado para incluir ações específicas, dividindo o orçamento da educação entre ensino fundamental e educação infantil (creche e pré-escola). A dificuldade atual reside em saber se deve-se criar uma ação específica com a nomenclatura de "primeira infância" ou se a estrutura de subfunção (365 - educação infantil) e os indicadores existentes já atendem à necessidade de transparência e monitoramento.
- **Orientações do Tribunal de Contas:** Flávia (Primeira Infância) esclareceu que o Tribunal de Contas emitiu orientações técnicas sobre orçamento em 2025 e sobre monitoramento de comitê permanente em 2026. O sistema Sfinge foi adaptado com marcadores de "despesa exclusiva", "não exclusiva" e "difusa" para facilitar a visualização de gastos com a primeira infância, que deve ser tratada como uma política intersetorial, não apenas de um setor.
- **Flexibilidade e Discricionariedade na Gestão:** Flávia ressaltou que o Tribunal de Contas não impõe a criação de programas ou ações específicas com o nome "primeira infância", pois essa é uma decisão discricionária do gestor municipal. No entanto, o uso dos marcadores no sistema Sfinge é essencial para identificar investimentos e aplicações de recursos, independentemente da área (saúde, educação ou assistência).
- **Alinhamento entre PMPI, PPA, LDO e LOA:** O planejamento deve seguir uma lógica hierárquica: o PMPI (Plano Municipal para a Primeira Infância) define soluções para 10 anos; o PPA retira as metas para 4 anos; a LDO filtra as prioridades anuais; e a LOA reserva a dotação orçamentária. Se o planejamento atual não responde claramente aos problemas do município, os participantes devem revisar o PMPI e as peças orçamentárias subsequentes.
- **Necessidade de Ajustes no Planejamento:** Flávia enfatizou que não é possível retornar ao passado para corrigir o planejamento de 2025, mas os gestores devem realizar ajustes nas próximas revisões. A recomendação é

revisar o PPA juntamente com o envio da LOA de 2027, garantindo que as ações estejam claramente descritas para facilitar o monitoramento.

- **Obstáculos na Execução e Monitoramento:** Gabriela descreveu dificuldades em convencer os técnicos de outras secretarias, como a assistência social e a saúde, de que a primeira infância é um tema transversal. Alguns projetos já executados não foram corretamente vinculados à primeira infância, resultando em subnotificação nos relatórios, apesar de haver fontes de recursos disponíveis, como as do programa Criança Feliz.
- **Transparência e Lançamentos Orçamentários:** Frederico Augusto Vieira questionou sobre a possibilidade de cancelar empenhos de 2025 para corrigir a identificação da primeira infância. Flávia orientou que não é necessário cancelar empenhos ou retroagir no tempo, pois a identificação correta deve focar na gestão e transparência daqui para frente, utilizando marcadores de informação complementar.
- **Uso de Informações Complementares:** Foi sugerido que a melhor prática para facilitar o entendimento de órgãos de controle e da sociedade é incluir uma informação complementar ou um "marcador" na peça orçamentária, sem alterar a estrutura funcional programática. Isso permite que qualquer pessoa consultando o portal da transparência identifique as ações voltadas à primeira infância.
- **Análise do Portal da Transparência de Coxim:** Durante a reunião, foi realizada uma navegação conjunta no site da prefeitura para analisar o anexo 3 do PPA. Flávia pontuou que os indicadores atuais são genéricos (como "reforma ou construção"), o que dificulta o monitoramento. A recomendação é detalhar quantitativamente as metas (ex: quantas unidades serão reformadas versus construídas).
- **Mudança Cultural e Didática:** A discussão destacou que a clareza na escrita do PPA, LDO e LOA é fundamental não só para o Tribunal de Contas, mas também para vereadores e cidadãos. A equipe deve esforçar-se para tornar a linguagem didática, facilitando a compreensão de que a primeira infância é um investimento que previne custos sociais futuros, como segurança e assistência.
- **Exemplo de Retrospectiva e Falhas de Registro:** Gabriela mencionou que, em 2025, o município investiu 398.000 reais na reforma de um centro de ensino e realizou outras pequenas reformas somando cerca de 600.000 reais, mas que não foram registrados como primeira infância. Flávia observou que a falta de registro claro nas peças orçamentárias gera retrabalho, pois obriga o município a produzir explicações adicionais para órgãos como o Ministério Público.

- **Encaminhamentos para Revisão do PPA:** Os participantes concordaram que a revisão do PPA é uma oportunidade necessária. O plano deve ser atualizado para incluir vínculos claros entre os indicadores quantitativos e as ações. Foi sugerido incluir os marcadores de "primeira infância" nos anexos da lei e atualizar a base de dados do Tribunal de Contas simultaneamente à revisão, assegurando que o planejamento reflita a realidade das ações executadas.
- **Emendas Parlamentares e Planejamento:** Frederico Augusto Vieira e Primeira Infância discutem o funcionamento das emendas parlamentares, esclarecendo que estas visam ajustar ações já existentes na Lei Orçamentária Anual (LOA) em vez de criar novas iniciativas. O processo permite que parlamentares adicionem recursos durante a fase de planejamento, garantindo que tais alocações se tornem prioridades na execução orçamentária.
- **Correções no Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI):** Frederico Augusto Vieira aponta inconsistências no PMPI, citando o exemplo de ações atribuídas erroneamente ao Conselho Tutelar, como tarefas de vacinação que deveriam integrar o orçamento da saúde. A necessidade de revisão do plano é consensual, com a previsão de que o documento seja republicado após a correção das diretrizes.
- **Alinhamento dos Instrumentos de Planejamento:** Primeira Infância sugere uma coordenação estrita entre todos os instrumentos de planejamento—PMPI, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e LOA—para assegurar a coerência administrativa. Devido ao fato de a LDO já ter sido enviada à Câmara, discutem a possibilidade de submeter uma emenda para realizar os ajustes necessários.
- **Necessidade de Dados Quantitativos:** A discussão destaca a imprecisão atual do PMPI, que carece de metas quantitativas claras, como o número exato de escolas a serem construídas. Frederico Augusto Vieira esclarece que, embora existam soluções pontuais, como o aluguel de prédios para atender demandas imediatas de ensino, é essencial que estas necessidades sejam devidamente quantificadas e inseridas nos instrumentos orçamentários.
- **Financiamento de Programas Contínuos:** Frederico Augusto Vieira aborda a preocupação com o financiamento de programas educacionais contínuos por meio de emendas voláteis. Eles enfatizam que tais programas devem ser parte do orçamento estável e que as secretarias precisam envolver as áreas de contabilidade e planejamento para garantir a viabilidade financeira, evitando a proposição de projetos sem recursos assegurados.

- **Planejamento de Infraestrutura Escolar:** Ao analisar a transferência de recursos para a construção de uma escola de educação infantil, Frederico Augusto Vieira observa a falta de detalhes técnicos, como o número de alunos e a capacidade por sala. Primeira Infância recomenda a realização de reuniões estruturadas com a contabilidade para definir cronogramas e projetos, reiterando que o PPA e a LOA são ferramentas de gestão fundamentais para garantir a segurança e a visibilidade das ações.
- **Capacitação e Transparência:** Primeira Infância incentiva a equipe a utilizar o conhecimento adquirido em cursos anteriores para atuar como instrutora junto às demais secretarias. Eles propõem o estabelecimento de uma agenda de orientação para o planejamento orçamentário, visando assegurar que as pastas forneçam informações precisas e compreendam a importância da transparência para o sucesso da gestão.
- **Desafios na Execução Orçamentária de 2025:** Frederico Augusto Vieira manifesta preocupação com a falta de quantificação nas ações de 2025. Primeira Infância valida a estratégia de elaborar um relatório gerencial detalhado, a ser publicado no Diário Oficial e anexado ao plano, como medida paliativa para evidenciar os programas, ressaltando que, futuramente, a clareza das leis orçamentárias deve tornar essa etapa dispensável.
- **Descrição de Ações Orçamentárias:** Discutem a necessidade de substituir descrições genéricas, como "investimento em infraestrutura", por termos precisos, como "construir escolas para atendimento da creche público alvo 0 a 3 anos". Essa mudança, que requer a aprovação de projeto de lei, permite materializar as escolhas do gestor e definir metas quantitativas exatas.
- **Capacidade Operacional e Planejamento:** Primeira Infância reforça que o planejamento deve considerar a capacidade operacional real do município, alertando que o cronograma precisa ser factível para evitar falhas na execução.
- **Compromissos com o Ministério Público:** Frederico Augusto Vieira menciona um Termo de Ajustamento de Conduta (TAQ) com o Ministério Público para a reforma de cinco escolas. Eles concordam que esse compromisso, incluindo prazos e valores, deve estar explicitamente detalhado no PPA e na LDO, superando as categorias de investimento genéricas utilizadas anteriormente.
- **Estratégias de Monitoramento e Profissionalismo:** Frederico Augusto Vieira detalha o esforço para padronizar as informações orçamentárias ao envolver as secretarias por subfunções, como a educação infantil. Reconhecem que, embora o processo de quantificação seja difícil, a união da equipe técnica e a adoção de métodos rigorosos elevam a responsabilidade e conferem maior visibilidade à profissão contábil.

- **Encerramento e Apoio à Equipe:** Os participantes reforçam a importância do prazo para o planejamento, mencionando o período até 31 de agosto, e reconhecem as limitações impostas pelo tamanho reduzido das equipes. O encontro termina com mensagens de incentivo e a promessa de suporte contínuo para o sucesso do trabalho de planejamento orçamentário.



